... continuação

Distribuidora Big Benn S.A.

tâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.16. Custos de empréstimos:** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os custos de empréstimos gerais ou específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Cia. e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.17. Arrendamentos mercantis:** A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início de sua contratação. A Cia. classifica os alugueis incorridos nas lojas como arrendamento mercantil operacional, já que não são transferidos para a Cia. todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo de arrendamento mercantil. **2.18. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. **2.19. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2016 e não tiveram impactos materiais para a Cia.. **Alteração à IAS 1 – Revisão às divulgações***:* resulta de um projeto de revisão às divulgações em IFRS e refere-se a materialidade e agregação e à apresentação de subtotais nas demonstrações financeiras IFRS. **Alteração à IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos:** clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de ativos com base no crédito obtido, não são, regra geral, consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo. **Alteração à IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas**: A melhoria à IFRS 5 clarifica que quando um ativo (ou grupo para alienação) é reclassificado de "detido para venda" para " detido para distribuição" ou vice-versa, tal não constitui uma alteração ao plano de vender ou distribuir. **Alteração à IFRS 7 – Instrumentos financeiros: divulgações:** A melhoria à IFRS 7 inclui informação adicional sobre o significado de envolvimento continuado na transferência (desreconhecimento) de ativos financeiros, para efeitos de divulgação. Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor. **IFRS 9 Instrumentos Financeiros:** encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A IFRS 9 exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Aplicável a partir de janeiro de 2018. **IFRS 15 Receita de contratos com clientes:** especifica como e quando uma entidade irá reconhecer a receita aferida de contratos e relacionamento com clientes, bem como requerendo tais entidades a prover divulgações mais detalhadas e relevantes aos usuários das demonstrações financeiras. Referida norma provê, em um único documento, princípios para o reconhecimento aplicáveis a todos os tipos de receitas aferidos por contratos e/ou relacionamento com clientes. Aplicável a partir de janeiro de 2018. **IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil:** Os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Aplicável a partir de 2019. A Administração está avaliando os impactos da adoção das respectivas normas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – 3.1. Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas podem levar a resultados que requeiram ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **3.2. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data das demonstrações financeiras, envolvendo risco de causar ajustes significativos no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são apresentadas a seguir: 3.2.1. Redução do valor recuperável de ativos ("*impairment*"): O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revisados anualmente para se identificar indicadores de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para o ágio e os ativos intangíveis de vida útil indefinida, anualmente é realizado teste de recuperabilidade, por meio de fluxo de caixa descontado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o seu valor justo líquido dos custos de venda e o valor em uso de um ativo. Em caso de ocorrência, as perdas de valor recuperável de operações presentes e futuras são reconhecidas na demonstração do resultado nas categorias de despesa consistentes com a função do ativo afetado. Para fins de avaliação do *"impairment"*, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC) sendo que, no caso de *"impairment"* do *goodwill*, a avaliação é feita ao menor nível o qual conforme as operações considerando as lojas e centros de distribuição. As premissas do teste estão descritas na nota 11. 3.2.2. Impostos diferidos ativos: As estimativas e premissas de recuperação dos créditos tributários estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis futuros levando em consideração premissas de mercado, financeiras e de negócios. Dessa forma, essas estimativas estão sujeitas às incertezas inerentes a essas previsões. 3.2.3. Provisões para demandas judiciais e administrativas: A Cia. reconhece provisão para causas judiciais cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.2.4. Reconhecimento de Receita – Programa de Fidelidade: As obrigações assumidas decorrentes dos programas são registradas como receitas antecipadas no passivo, e reconhecidas ao seu valor justo, que representa o preço estimado que a controlada pagaria a um terceiro para assumir a obrigação dos créditos a serem utilizados em compras futuras. A estimativa do valor justo considera, quando aplicável: i) o montante em descontos ou em incentivos que de outro modo seriam oferecidos aos clientes que não obtiveram créditos em prêmio na venda inicial; ii) a proporção dos créditos em prêmio para a qual não há a expectativa de que seja resgatada pelos clientes e iii) risco de não desempenho.

4. Caixa e equivalentes de caixa	**2016**	**2015**
Caixa: Caixa e bancos	11.135	12.217
Equivalentes de caixa: Aplic. automáticas (a)	1.753	96
Total de caixa e equivalentes de caixa	**12.888**	**12.313**

(a) A aplicações automáticas são realizadas automaticamente pelos bancos, e remuneram um percentual fixo do CDI. O perfil dos fundos é de baixo risco e não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas a qualquer momento sem risco de perda.

5. Contas a receber	**2016**	**2015**
Contas a Receber		
A vencer	14.133	32.162
Vencidos	1.808	2.015
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(757)	–
	15.184	**34.177**

Créditos Vencidos	**2016**	**2015**
Até 30 dias	792	231
Até 90 dias	293	402
91 a 180 dias	124	188
181 a 360 dias	396	717
Acima de 360 dias	203	477
	1.808	**2.015**

Movimentação da provisão para crédito de liquid. duvidosa	**2016**	**2015**
Saldo inicial	**–**	**–**
Constituição de provisão	(757)	–
Saldo final	**(757)**	**–**

Outras contas a receber	**2016**	**2015**
Acordos Comerciais		
Trade (i)	348	13.492
	348	**13.492**

(i) Acordos de incentivo financeiro feitos com fabricante. As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo.

6. Estoques	**2016**	**2015**
Mercadorias para revenda	61.492	382.245
Provisão para perdas com mercadorias	(4.191)	(3.260)
	57.301	**378.985**

(i) A provisão para perda é constituída para mercadorias vencidas e avariadas e outros eventos de perda. A movimentação da provisão para perda com mercadorias está demostrada a seguir:

	2016	**2015**
Saldo inicial	**(3.260)**	**–**
Constituição de provisão	(931)	(3.260)
Saldo final	**(4.191)**	**(3.260)**

A Cia. não mantém estoques, dados como penhor de garantia a passivos.

7. Tributos a recuperar	**2016**	**2015**
IRRF – IRPJ retido na fonte	632	306
PIS – Programa de integração social	3.719	5.174
COFINS – Contribuição para o financiamento da seguridade social	16.598	23.318
INSS – Instituto nacional da seguridade social	158	157
ICMS – Imposto sobre circulação de mercadorias	3.063	2.322
IRPJ – IRPJ pessoa jurídica	4.720	9.712
CSLL – Constribuição social sobre o lucro líquido	2.549	1.565
	31.439	**42.554**
Circulante	**3.175**	**1.828**
Não Circulante	**28.264**	**40.726**

8. Outros ativos	**2016**	**2015**
Devolução de Fornecedor	2.196	8.359
Publicidade a recuperar	5	2.857
Ativos de indenização (i)	2.187	4.244
Títulos a receber	26	577
Depósitos judiciais (ii)	8.329	5.982
Adiantamento a funcionários	2.215	1.462
Outros créditos	2.250	54
	17.208	**23.535**
Circulante	**6.692**	**13.359**
Não circulante	**10.516**	**10.176**

(i) Contas a receber de antigos acionistas. (ii) Depósitos Judiciais.

Natureza dos Depósitos judiciais (i)	**2016**	**2015**
Civil	497	50
Trabalhista	7.832	5.932
Total	**8.329**	**5.982**
Circulante	**–**	**50**
Não Circulante	**8.329**	**5.932**

9. Investimentos	**Nota**	**2016**	**2015**
Investimentos: Controlada	9.1	–	7.145
Provisão para perda de investimento			
Controlada	9.1	(1.072)	–
		(1.072)	**7.145**

Movimentação dos investimentos:	
31/12/2014	**1.630**
Equivalência Patrimonial	5.515
7.145	–
Equivalência Patrimonial	(8.217)
31/12/2016	**(1.072)**
Investimentos	**(1.072)**

9.1. Investimentos em controladas

	Informações das controladas no período de 01/01/2016 a 31/12/2016						**2016**		**2015**	
	Total do Ativo	**Total do Passivo**	**Total do Patrimônio Líquido**	**Receita Bruta no Período**	**Resultado do período**	**% Participação da companhia no capital social votante**	**Saldo de Investimentos**	**Resultado de Equivalência Patrimonial**	**Saldo de Investimentos**	**Resultado de Equivalência Patrimonial**
Nex Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.	–	–	–	–	–	100	–	–	7.145	5.515
							–	**–**	**7.145**	**5.515**
Provisão para perda de investimento										
Nex Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.	40.736	41.630	(894)	153.607	(8.730)	100	(1.072)	(8.217)	–	–
							(1.072)	**(8.217)**	**–**	**–**
							(1.072)	**(8.217)**	**7.145**	**5.515**

10. Imobilizado

	Terrenos e edificações próprias	**Móveis, utensílios e instalações**	**Equipamentos de informática**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros**	**Veículos**	**Obras em andamento**	**Outros imobilizados**	**Total**
Em 31/12/2014	**57**	**33.972**	**11.212**	**60.682**	**10.484**	**632**	**11.532**	**128.571**
Adições	–	3.636	989	–	–	25.428	1.302	**31.355**
Alienações e outras movimentações	–	(105)	(13)	(1.690)	–	(86)	(31)	**(1.925)**
Transferências	–	–	–	1.795	–	(1.795)	–	–
Em 31/12/2015	**57**	**37.503**	**12.188**	**60.787**	**10.484**	**24.179**	**12.803**	**158.001**
Adições	–	1.931	848	–	–	240	564	**3.583**
Alienações e outras movimentações	–	(91)	(35)	(142)	(1.718)	–	(93)	**(2.079)**
Transferências	–	–	–	24.367	–	(24.367)	–	–
Em 31/12/2016	**57**	**39.343**	**13.001**	**85.012**	**8.766**	**52**	**13.274**	**159.505**

continua ...